



## Interpeção Escrita

Após o caso da Huang Shan, surgiu um outro, nestes últimos dias, o da junket Dore, envolvendo mais de cem milhões e inúmeras vítimas, acarretando danos profundos e deixando a sociedade de Macau em choque. O mecanismo de funcionamento das salas VIP contribuiu bastante para o desenvolvimento do sector do jogo, mas devido ao ajustamento do sector, surgem cada vez mais problemas, tais como depósitos a juros elevados, empréstimos a bate-fichas e dificuldades de cobrança.

O sector do jogo encontra-se numa fase de profundo ajustamento e as suas receitas brutas registaram quebras durante 15 meses consecutivos, portanto, a economia de Macau já não consegue aguentar mais casos semelhantes. É então necessário que o Governo aproveite a revisão intercalar dos contratos para a exploração do jogo e dê mais um passo no âmbito do reforço da respectiva fiscalização.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Nos últimos dias, um promotor de jogo (sala VIP) e os seus parceiros (bate-fichas), que ofereciam juros elevados, desviaram o dinheiro dos investidores, um caso que envolveu inúmeras vítimas e afectou gravemente a confiança dos cidadãos. Perante isto, o Governo deve avançar com o trabalho necessário para a investigação e avaliação dos casos, e ajudar as respectivas vítimas a recuperar o seu dinheiro. O Governo vai fazê-lo?
2. Os promotores de jogo (sala VIP) têm como alvo os grandes investidores, isto é, aqueles que investem elevados montantes, assim sendo, o Governo



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Tradução

deve estudar se os novos promotores de jogo (sala VIP) devem ou não ser inseridos na lista das instituições de crédito, com vista a reforçar a respectiva fiscalização e a melhor proteger e garantir a segurança dos depósitos. O Governo vai fazê-lo?

3. Para que os empréstimos e pagamento das comissões aos parceiros dos promotores de jogo (bate-fichas) sejam abrangidos por lei, o Governo deve alterar a Lei n.º 8/96/M (Regime de Jogo Ilícito), obrigando os bate-fichas ao pagamento de imposto, a licenciamento e à clarificação da respectiva legalidade, com vista à sua regulação. O Governo vai fazê-lo?

18 de Setembro de 2015

---

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Si Ka Lon**